

OS POVOS INDÍGENAS NO SUL DO BRASIL E SUAS RELAÇÕES INTERÉTNICAS

*Kimiye Tommasino**

Resumo: O presente artigo trata das relações interétnicas entre as várias etnias que ocorreram na história da região sul do país. Os estudos antropológicos e históricos sempre privilegiaram as relações de conflito entre os conquistadores europeus e os povos indígenas. No entanto, nos 500 anos de história, relações de amizade e de casamento interétnico foram estabelecidas com o intuito de estabelecer alianças políticas entre diferentes grupos. Este artigo analisa as relações interétnicas ocorridas em dois grupos indígenas de Santa Catarina: um kaingang (aldeia Kondá) e outro guarani (*tekoha Araçá'í*).

Palavras-chave: indígenas no sul; relações interétnicas; alianças interétnicas

Este trabalho descreve algumas experiências de relações interétnicas de quatro povos indígenas no sul do Brasil. Cremos ser da maior pertinência trazer essa discussão, já que o tema é pouco estudado e de suma importância na atualidade, não só no Brasil, mas no mundo todo, pois quase todas as grandes questões sociais e políticas envolvem problemas étnicos.

Os estudos acadêmicos sobre populações indígenas tratam quase sempre das relações conflituosas, de separação e oposição entre índios e brancos. A imagem que acaba se formando é de dois tipos de sociedade colocados o tempo todo em lados opostos, mas certamente sempre houve, nos interstícios do processo de conquista, espaços de negociação, de alianças, de amizade, dependendo do segmento branco com o qual os índios entraram em contato. Depois da conquista, estes espaços de negociação aumentaram e as relações interétnicas e interculturais se constituíram definitivamente. Afinal os povos indígenas estão confinados em pequenos espaços físicos delimitados pelo estado, rodeados de brancos por todos os lados e o destino desses povos depende de um contínuo e duro processo de negociação com autoridades municipais, estaduais e federais para poderem sobreviver. Nas regiões sul, sudeste, nordeste e mesmo centro-oeste, a maioria dos índios não vive mais da caça, da coleta e das roças de subsistência, tendo perdido quase todos os territórios tradicionais, não detém mais os recursos naturais de onde pro-

* Professora aposentada da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Antropologia pela USP.

vinha sua auto-suficiência; hoje são dependentes do sistema de mercado.

Abordaremos as relações interétnicas na região sul do Brasil no presente etnográfico porque não seria possível fazê-lo ao longo de 500 anos. A perspectiva diacrônica estará subentendida ou mesmo explicitada em alguns momentos.

Atualmente temos verificado e enfrentado situações onde antropólogos são chamados para fazer perícias sobre grupos indígenas, principalmente os do nordeste e os do sul, em que fica muito evidente uma história interétnica que vem sendo feita desde o século XVI. São populações que tinham sido consideradas extintas enquanto grupos culturalmente diferenciados e que agora estão reivindicando ou assumindo tal condição. Segundo dados oficiais, em 1950, no nordeste havia dez etnias, em 2001 são 23. Em relação à região sul, durante todo o período em que se trabalhou na academia com a teoria da aculturação, os Kaingang e principalmente os Guarani foram considerados “aculturados” e no gráfico de classificação segundo o grau de integração na sociedade nacional realizado por Darcy Ribeiro (1970), ambos aparecem na categoria “integrados” já em 1900. Apenas nos anos noventa esses dois grupos passaram a ser objeto de estudos etnológicos mostrando que eles continuam produzindo cada qual sua cultura específica.

Vejamos então quais e quantos são os povos indígenas no sul do Brasil:

- **os Kaingang**, um grupo Jê, uma das cinco maiores etnias no país, com 22 mil pessoas. A maior parte dos grupos foi pacificada no século XIX, mas os de São Paulo e dois grupos do Paraná foram conquistados nas primeiras décadas do século XX;
- **os Guarani**, a maior etnia indígena no Brasil, são cerca de 30 mil. Vivem nos estados do sul, do sudeste, no Mato Grosso do Sul e Maranhão. Os Guarani vivem também no Paraguai, na Argentina e na Bolívia. No total são estimados em 100 mil. Nos estados do sul são poucos, talvez uns cinco mil. Centenas de grupos guarani foram pacificados entre os séculos XVI e XVIII, durante a vigência do sistema de reduções jesuíticas, mas um contingente conseguiu manter-se livre até o século XIX nas florestas do sudeste do Paraguai e nordeste da Argentina. Até o século XIX, eram inimigos históricos dos Kaingang e essa inimizade foi instrumentalizada pelo estado nos processos de pacificação;
- **os Xokleng**, junto com os Kaingang, formam os Jê meridionais. São cerca de quatro mil e vivem na Área Indígena Ibirama, SC. Foram conquistados a partir de 1914 pelo SPI. À época, uma família kaingang foi levada do Paraná para ajudar na pacificação dessa etnia e lá permaneceram. Vivem ainda nas terras xokleng um grupo de cafusos e outro guarani;
- finalmente, há uma dezena de índios **Xetá**, descobertos em 1952 na região de Umuarama-PR, que foram retirados de suas aldeias na infância e cresceram separados. O processo de criação do Parque das Sete Quedas que deveria se tornar a reserva, demorou tanto que, quando saiu o decreto, a sociedade xetá

tinha sido extinta;

- as demais etnias que viviam na região sul estão extintas, como é o caso dos Charruas, Minuanos, Guenôas e Arachanes.

É preciso esclarecer entre os diferentes povos indígenas sempre ocorreram relações interétnicas. Sabemos que mesmo povos inimigos praticavam comércio de bens materiais através da troca silenciosa. Era comum também a prática do rapto de mulheres entre povos inimigos. Nesse sentido, nunca houve povos vivendo completamente isolados de outros, o que é comprovado pelo estudo de seus mitos onde cada grupo construiu sua identidade relacionalmente, tendo os vários outros como referência para construir sua auto-imagem e a imagem desses outros com quem mantinham relações históricas.

Relações interétnicas produziam incorporações livres ou forçadas de indivíduos de outras etnias. Com a expansão européia nas Américas a partir de 1500, o que ocorreu foi uma mudança radical nas histórias ameríndias, as quais foram capturadas pela história da sociedade ocidental, que atravessou os mares e aqui se expandiu. Podemos dizer que em 1500 uma nova história se iniciou. O presente etnográfico é o resultado desta história, cheia de contradições, dramas, junções e disjunções, feita mais de desencontros do que de encontros.

Na região sul, os Guarani, Kaingang, Xokleng, Xetá e outros entraram em contato com portugueses e espanhóis. Mais tarde vieram os colonos alemães, italianos, japoneses e migrantes nacionais.

Os Guarani começaram a manter relações interétnicas com portugueses e espanhóis entre o século XVI e XVII. Os homens vinham, em sua maioria, solteiros ou sozinhos para a América e acabavam se casando com mulheres indígenas. A região missioneira no Rio Grande do Sul é, acima de tudo, um exemplo de história de relações interétnicas. Tanto podemos notar hoje a incorporação da cultura indígena nos hábitos e costumes dos gaúchos como o contrário: muito da cultura material e espiritual dos Guarani expressam o resultado de contatos interétnicos e interculturais. Basta observar o nome de rios e acidentes geográficos, de cidades e localidades; itens da indumentária e da alimentação; a habitação rural que até hoje se encontra nas regiões mais isoladas; a medicina popular. Por outro lado, os índios adotaram alguns hábitos de origem européia, até porque a maior parte dos recursos naturais do meio ambiente desapareceu ao longo do tempo, tornando-os dependentes dos produtos industriais.

Ainda verificamos uma tensão nas relações entre os Guarani e os Kaingang, mas não são mais inimigos e muitas vezes têm se unido para enfrentar o sistema nacional. O que se verifica é que, colocados a viverem nas mesmas áreas ou mesmo em áreas próximas, os Kaingang e os Guarani, depois da conquista, foram se aproximando e se identificando em sua condição de dominados. Hoje cada um se auto-define como Kaingang ou Guarani, mas se reconhecem como “parentes” porque são “índios”. Dessa forma, eles apropriaram-se do conceito inventado pelo

branco e passaram a utilizá-lo quando se unem. Ampliaram o conceito de “parente”, que tem hoje o mesmo sentido de “índio” quando participam de movimentos sociais mais amplos, regionais e nacionais.

Evidências dessas relações interculturais que vêm se processando no sul são de várias ordens: além da troca de pessoas quando fizeram as muitas alianças políticas, temos no vocabulário kaingang várias palavras de origem guarani, como *pari*, que é uma armadilha de pesca ou *Topeên* (corruptela de Tupã) que hoje é nome que dão ao ser supremo. No sul a experiência missioneira processou uma “guaranização” de outros grupos através do trabalho dos jesuítas. Essa “guaranização” está presente também na língua nacional, que oficializou a classificação botânica e zoológica guarani que compõe o conhecimento popular para nomes de alguns peixes: piraju, cará, piracanjuba, mandi; de aves: arara, jacu, jacucaca, inhambu; nomes de rios em toda a região habitada por eles no período missionário como, por exemplo, os rios Araçá, Araçazinho, Borevi, Jaiça, Taipé, Peperi, Paraná, Ivai, Tibagi, Paranapanema, além de localidades e nomes de municípios em todo o país: Cunha Porã, Cunhataí, Pindorama, Paranapiacaba, Mamanguá, Iporanga etc.

A influência Kaingang pode ser percebida em localidades onde foram conquistados e os brancos mantiveram os nomes originais: Xanxerê, Xapecó, Xaxim, Goio-erê, Campo-erê. Entretanto a maior influência guarani já tinha sido consolidada nos séculos anteriores, e os Kaingang só foram conquistados no século XIX, quando a maior parte das terras já tinha sido nomeada e a posse reconhecida.

Embora muito freqüente, relações interétnicas entre negros e índios na região sul não tem recebido muita atenção da antropologia. A única pesquisa sobre os cafusos no sul é a de Pedro Martins (1991). Nesse estudo Martins mostra que há um grupo originário de um casamento de negro com índia de origem desconhecida que vivia em terra devoluta. Viviam nos limites da terra xokleng à época da pacificação e foram convencidos pelo SPI a viver dentro da área indígena. Desde 1990 esse grupo luta para ter uma reserva própria, pois vivem submetidos às autoridades xokleng e à administração indigenista.

Há um relato de frei Timóteo (1980) sobre dois escravos africanos que se casaram com mulheres Kaingang e estas se tornaram escravas também. Outro fato interessante é que os Kaingang até então não conheciam negros e criaram uma palavra nova, *kaporon*, para designá-los. Por serem igualmente submetidos aos brancos, surgiram relações de amizade e aliança entre Kaingang e negros, o que fica claro no diário de frei Timóteo, que traduziu a palavra *kaporon* como “companheiros”.

Alianças entre índios Guarani, brancos e negros no Rio Grande do Sul foram reveladas numa pesquisa de J. Belém (1933) nos registros de batismos e casamentos da Capela de Santa Maria efetuados entre 1804 e 1811. Por exemplo, nas anotações do ano de 1815 lê-se o seguinte: “Neste período foram batizadas muitas crianças, filhas de negros escravos as quais não são aqui mencionadas, bem como

as nascidas do cruzamento de índio com negro” (p.59). No mesmo ano foi registrado o casamento entre “bento, escravo do capitão João Machado de Bittencourt, com Gregória, índia guarany” (p.60). ao final da listagem dos casamentos lê-se: “Nesse ano foram registrados no livro da Capela, cinco casamentos de índios, três de escravos, um de negro com índia e um de branco com índia” (p.61). Em 1816 “foram registrados cinco casamentos entre índios, três entre negros escravos, um de negro com índia e dois de branco com índia” e em 1818 “três consórcios entre índios, um entre negros e um de negro com índia” (p.62). São raros os registros onde há essa discriminação depois que a escravidão foi extinta, mas em todas as regiões do país onde existiram escravos é possível deduzir que houve alianças entre africanos e índios através do fenótipo da população nacional e das populações indígenas.

Os Xetá, que não existem enquanto sociedade organizada porque perderam a terra, vivem espalhados em áreas kaingang. Outros vivem nas cidades. Não há nenhuma casa Xetá, pois estes indivíduos foram seqüestrados ainda crianças e criados separadamente. A maioria dos sobreviventes é do sexo masculino e quando adultos se casaram com mulheres kaingang, guarani, branca ou negra. De qualquer maneira, sendo a maioria do sexo masculino, pela regra de descendência patrilinear, os descendentes de pais Xetá são considerados Xetá, de forma que eles não podem ser considerados terminais.

Com tantos séculos de relações interétnicas - os Kaingang e os Guarani vivem entre dois e três mil anos na região sul - é de se perguntar como não surgiu uma cultura híbrida compartilhada pelas duas etnias. Essas informações etnográficas podem conter a chave para essa pergunta: tanto os Kaingang quanto os Guarani adotam a descendência patrilinear. A residência dos Kaingang é uxorilocal, isto é, o homem vai viver junto com a família da esposa, na casa ou aldeia do sogro. A residência guarani tradicionalmente é uxorilocal, mas, dependendo das circunstâncias, a residência pode ser invertida. Cada vez mais percebemos que as regras indígenas de prescritividade social nunca foram tão rígidas como imaginavam os etnólogos. De qualquer modo, entre os Guarani e os Kaingang, como na maioria das sociedades indígenas sul-americanas, o casamento é mais um problema entre famílias, que o ajustam previamente, às vezes desde que os filhos nasceram. Essa troca de pessoas implica uma aliança política entre os grupos ou famílias extensas. No caso de duas etnias diferentes, ocorre o seguinte: o homem ou a mulher que vai viver no outro grupo é incorporado no grupo receptor. Isto significa que aquele que vai viver no grupo de outra etnia continuará sendo reconhecido como etnicamente diferente, mas deverá adotar as regras sociais da etnia que o adotou. Há casos de brancos incorporados na sociedade kaingang cujos filhos são criados como Kaingang a partir de um “arranjo”: os filhos recebem nomes Kaingang e o pai pode receber um nome kaingang da metade oposta à da mulher.

Há várias mulheres guarani que se casaram com Kaingang da Al Nonoai-RS e adotaram os padrões sociais kaingang, cujos filhos pertencem à etnia dos

pais, pois a descendência é patrilinear. Há casos também de brancos casados com mulheres guarani que foram incorporadas à comunidade guarani e os filhos são chamados *tierê tará* (mestiços). Um terceiro tipo de casamento é entre indivíduos de duas etnias indígenas: Kaingang com Guarani, chamados pelos Guarani como *ponguê* e *xokleng* com Kaingang.

Analisando estes casos, percebemos que não se trata de “misturar e fundir culturas”, mas de costurar alianças com as populações que vivem no mesmo espaço físico. Tais alianças garantem a estabilidade política entre os grupos, pois, ao se tornarem parentes, adquirem direitos e obrigações recíprocas. Schaden (1962) já tinha observado que na sociedade guarani, os interesses do grupo sobrepunham-se aos dos indivíduos.

Olhando pelo lado das aquisições de objetos do mundo externo, verificamos que não se trata de “descaracterização” ou de “aculturação”, conceitos referentes à perspectiva do branco, que confunde aparência exterior com mudança cultural. Do ponto de vista indígena, todos os objetos estrangeiros que são incorporados no sistema nativo ganham novos significados que não aqueles conferidos pelo grupo de quem se tomou emprestado. Isso ocorre inclusive com objetos valiosos, como carros, aviões, tratores, televisores e celulares. O que observamos é que os índios adquiriram novos hábitos que facilitam a vida, pois possuem necessidades que não tinham antes do contato. Essa modernização, que é uma coisa vista como boa e desejável pelos índios, não significa que eles estejam valorizando toda a cultura do branco em detrimento da sua própria. Muito ao contrário, são objetos valiosos porque permitem melhoria das condições materiais de sua reprodução social enquanto povos cuja cultura é muito dinâmica.

Os grupos indígenas que vivem nas aldeias, mesmo com quase duzentos anos de contato e subordinação ao indigenismo oficial, vistos da perspectiva nativa, continuaram a manter-se fiéis aos seus princípios organizatórios e às suas regras de reciprocidade mútua. Citemos um exemplo bem atual: muitos velhos das aldeias conseguiram obter a aposentadoria pelo FUNRURAL e, para muitas famílias, esta é a única renda mensal que possuem. Esse dinheiro desaparece rapidamente, pois é utilizado por todos os parentes vinculados na rede de reciprocidade. Ultimamente tem ocorrido uma exploração que vem de fora, por parte de donos de armazéns que fornecem aviamentos aos índios. Há várias denúncias sendo averiguadas de que esses comerciantes seqüestram cartões e senhas dos aposentados, ficando os índios reféns daqueles, pois ficam obrigados a comprar sempre no mesmo armazém e é certo que há uma sobre-exploração nos preços dos produtos. Neste caso sim ficam evidenciados exploração e abuso do branco sobre o índio.

DUAS EXPERIÊNCIAS DE RELAÇÕES INTERÉTNICAS: KONDÁ E ARAÇA' Í.
A VOLTA DAS GUERRAS CONTRA OS ÍNDIOS NO OESTE CATARINENSE

Pode parecer que as relações interétnicas se deram gradativamente do conflito para o consenso, da inimizade para a amizade, do desencontro para o encontro. Gostaria de relatar duas experiências recentes em duas comunidades, uma Kaingang e outra Guarani, que revelam que ainda estamos longe de superarmos os preconceitos contra os povos indígenas. São exemplos que mostram que a intolerância não aparece enquanto os índios não puserem em risco o *status quo* dos brancos; em caso contrário, ela ressurge com toda a força, sem máscaras nem subterfúgios.

Em 1998 fiz um estudo de identificação de um grupo kaingang que tinha estabelecido uma aldeia num bairro nobre no centro da cidade de Chapecó-SC. Toda a população urbana se colocou contrária à presença dos Kaingang na cidade e exigia da FUNAI a recondução dos índios para as reservas indígenas. Durante muitos anos a FUNAI, com a ajuda da prefeitura, obrigou por várias vezes as famílias a retornarem para Nonoai, área indígena de onde a maioria provinha. Durante alguns meses a FUNAI oferecia cestas básicas e alguns instrumentos de trabalho para que eles permanecessem na reserva. Meses depois, as famílias retornavam à cidade e novamente acampavam nos terrenos baldios. Em 1998 a FUNAI regional solicitou a constituição de um Grupo Técnico para fazer diagnóstico e identificação dessas famílias urbanas. Fui convidada a coordenar esse estudo porque já tinha estudado os Kaingang na cidade de Londrina.

A pesquisa mostrou que Nonoai foi uma área reservada em 1848 pelo Estado para concentrar todos os grupos Kaingang do Rio Grande do Sul e liberar as terras para serem colonizadas. Juntaram na mesma terra várias facções inimigas sem levar em conta suas diferenças. Não bastasse isso, colocaram mais tarde um grupo guarani. A pesquisa mostrou que aquelas famílias que viviam na cidade de Chapecó eram descendentes de um grupo chefiado pelo cacique Kondá. Toda a cidade foi construída na terra tradicional desse grupo: mapeamos os locais onde ficavam a aldeia, os cemitérios, onde faziam o ritual dos mortos, os lugares de coleta. Reconstituímos a história do primeiro branco que chegou à região e se casou com a filha do cacique. Ele se chamava Alfredo Fortes e há agora vários descendentes dos Fortes no município, sendo de um lado os Fortes brancos e de outro os Fortes kaingang. Os Fortes entraram na terra kaingang através da aliança pelo casamento, tornando um dos Fortes em genro do cacique; assim eles se instalaram na região e mais tarde conseguiram registro das terras no cartório. (Tommasino et al, 1998)

Identificada a história do grupo, em 1999 foi solicitado outro GT (Tommasino et al, 1999) para eleição de uma área na zona rural do município de Chapecó para que os Kaingang pudessem transferir sua aldeia. Cem anos depois os Fortes kaingang estão reivindicando uma terra para fazer seu *emã* na zona rural. A reação dos bran-

cos foi a pior possível e pode-se dizer que, nesse momento, a guerra foi declarada. Não pudemos fazer o levantamento fundiário porque os proprietários da área escolhida ameaçaram colocar guardas armados na entrada. Fizemos o laudo da terra com os limites da área escolhida e mandamos para Brasília. Com a aprovação dos estudos e a definição dos limites da terra, só no final de 2000 a equipe fundiária do GT conseguiu fazer o levantamento de todas as propriedades e benfeitorias. Vivenciei aquilo que teoricamente já tinha lido nas pesquisas de meu colega Lúcio Tadeu Mota (1994; 2000), estudioso da história épica dos Kaingang que sustenta que a guerra continua sob outras formas, e senti na pele a confirmação dessa realidade. Hoje o clima continua muito tenso, mas, dada a irreversibilidade do processo, os proprietários rurais decidiram negociar, até porque os Kaingang já estão numa área arrendada pela FUNAI dentro da terra escolhida. Numa das reuniões que nossa equipe teve com os sindicatos e alguns proprietários rurais, ouvi um grande proprietário dizer que tudo se devia, ao fato de não terem, seus antepassados, feito “serviço completo”, isto é, não terem exterminado todos os índios.

A segunda experiência refere-se aos Guarani de Araçá’í. Trata-se do grupo guarani que vive na terra kaingang de Nonoai-RS. A pesquisa sobre a terra de Araçá’í, que fica a setenta quilômetros da cidade de Chapecó-SC, já foi realizada, mas o relatório ainda está sendo elaborado. O estudo comprovou que a terra que os Guarani reivindicam é de fato sua terra tradicional. Juntamos os dados de pesquisas arqueológicas, históricas e antropológicas, depoimentos dos índios e de colonos, de vários pesquisadores, e todos os dados convergem nessa direção.

Quando começamos o trabalho de campo, o clima de guerra já tinha se estabelecido, pois os Guarani, cansados de esperar a FUNAI tomar providências para formar um Grupo Técnico, acamparam numa propriedade de Araçá’í. Fizemos duas visitas ao acampamento de Araçá’í e outras duas ao novo acampamento em Nonoai, para onde foram transferidos compulsoriamente pela polícia federal. Os Guarani estavam vivendo desde os anos trinta como inquilinos na terra kaingang de Nonoai, mas algumas famílias resistiram até o início dos anos sessenta, quando foram ameaçados e expulsos pelos brancos: um Guarani teve sua casa incendiada e outro foi espancado. Estas últimas famílias saíram de Araçá’í, mas não foram viver em Nonoai. Ficaram nos municípios da região trabalhando nas colônias.

Um mês depois de formado o Grupo Técnico, os prefeitos de Saudades e de Cunha Porã – Araçá’í fica parcialmente nos dois municípios – fundaram um “movimento em defesa da propriedade e da dignidade” contra a reivindicação dos Guarani.

Interessante notar que, antes da reivindicação dos Guarani, as prefeituras do oeste catarinense tinham orgulho de festejar o aniversário dos municípios onde o passado indígena era assumido. Os colonos alemães foram os padrinhos dos Guarani que se batizaram nas igrejas católicas de Cunha Porã e Saudades. Desde os primeiros anos da chegada dos colonos, as relações com os Guarani foram amistosas; muitos colonos aprenderam a tratar doenças e ferimentos com fitoterapia

guarani, disseram que comeram milho juntos, e quase sempre contratavam mão-de-obra guarani para todas as tarefas pesadas nas suas propriedades. Também foram contratados para a medição dos lotes pela companhia colonizadora, depois para derrubada das matas e abertura de estradas.

Atualmente verificamos em todo o estado de Santa Catarina uma explicitação da mentalidade anti-indígena envolvendo, de um lado, os governos estadual e municipais, políticos e sindicatos rurais e, de outro, a FUNAI, a Procuradoria da República e os índios. Os antropólogos estão sendo chamados para mediar, como peritos, os conflitos de terras guarani no litoral atlântico e no oeste catarinense; os Xokleng estão recuperando duas áreas e os Kaingang estão recuperando várias terras nos três estados do sul. Em todos esses casos, os interesses indígenas confrontam com os dos brancos. Esse é o quadro que está em pleno processo.

O que esses fatos estão revelando? Que os preconceitos contra os povos indígenas em geral não só continuam em vigor como também está sendo organizado um movimento politicamente forte para reverter os processos indígenas de reconhecimento de suas terras.

Dessa maneira, discutir as relações interétnicas entre os povos indígenas e a sociedade nacional implica recolocar algumas questões não resolvidas ao longo da história brasileira. E a questão básica é o não reconhecimento da sua plurinacionalidade e multiculturalidade. Mesmo com as mudanças na Constituição Federal, que alteraram radicalmente a relação entre o estado as sociedades indígenas, na prática temos observado que não há uma mudança na mentalidade que realmente garanta os direitos conquistados por lei. Os índios continuam a ser perseguidos, discriminados e assassinados como antes.

À medida que os povos indígenas se tornam mais visíveis no panorama nacional, tanto mais se explicita o caráter anti-indígena da sociedade brasileira. Essa visibilidade está diretamente relacionada à luta pela reconquista de suas terras e por serem eles próprios. Tudo indica que estamos no limiar de uma nova era de guerras declaradas contra os povos indígenas que ousaram sobreviver e insistem em manter-se fiéis às suas tradições e a seus códigos culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELÉM, J. *História do município de Santa Maria: 1797-1933*. Porto Alegre: Selbach de J. R. da Fonseca, 1933.
- CASTELNUOVO, Frei Timóteo Luciani da. Princípio e progresso do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná*, n.37, 1980.
- MARTINS, Pedro. *Anjos de cara suja: etnografia da comunidade Cafusa*. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado) – PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina.
- MOTA, Lúcio Tadeu. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- TOMMASINO, K. et al. Relatório de identificação das famílias kaingang residentes na cidade de Chapecó. Portaria Nº 110 de 09 de fevereiro de 1998. Chapecó: Fundação Nacional do Índio/Ministério da Justiça, mar. 1998.
- _____. Relatório eleição de área para os kaingang da aldeia Kondá. Portaria Nº 761 de 20 de junho de 1998. Chapecó: Fundação Nacional do Índio/Ministério da Justiça, ago. 1999.

Abstract: This article deals with the interethnic relationship among several ethnic groups in South Brazil. Anthropological and historical studies have always considered the conflicting relationships between European conquerors and Brazilian Indigenous. However, in the 500 years of Brazilian history, friendships and interethnic marriages were created in order to establish political alliances. This article analyzes the interethnic relationship between two Indigenous groups of Santa Catarina: one Kaingang (*aldeia Kondá*) and the other Guarani (*Tekoha Araça'í*).

Keywords: Indigenous of South Brazil; interethnic relationship; interethnic alliances.